

Para não abandonar a reflexão sociológica em tempos de pandemia

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.23.8>

Almerindo Janela Afonso

Almerindo Janela Afonso ([ORCID: 0000-0001-9879-5814](https://orcid.org/0000-0001-9879-5814)) é Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais da Educação, do Instituto de Educação, da Universidade do Minho. Sociólogo, é Doutor em Sociologia da Educação e foi membro do Conselho Nacional da Educação e Presidente da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

A pandemia confere à realidade uma liberdade caótica, e qualquer tentativa de a aprisionar analiticamente está condenada ao fracasso, dado que a realidade vai sempre adiante do que pensarmos ou sentirmos sobre ela.

(Boaventura de Sousa Santos, 2020).

Much could be said about this moment and much that is said will be proven wrong.

(Arjun Appadurai, 2020).

No contexto atual, passados muitos meses depois de declarada a pandemia provocada pela COVID-19, arrisquei escrever sobre algumas dimensões desta crise pluridimensional, com sentimentos que alternaram entre a angústia e a esperança, consoante o teor das muitas leituras reflexivas que fiz e contando essencialmente com a vasta e atualizada literatura disponível. Foram artigos académicos, *e-books* e, sobretudo, muitos textos de autores de referência inseridos em excelentes *sites* e publicações *online* que, na maior parte dos casos, incitam à reflexão crítica e auto-formativa, a partir de olhares plurais, ora complementares, ora contraditórios. Se, por um lado, para quem está atento às notícias sobre os desenvolvimentos da investigação na área das Ciências da Vida e à sua tradução através de explicações e estatísticas sobre a evolução da doença (e será a maioria da população), o que se espera ansiosamente é que, o quanto antes, surjam novidades significativamente motivadoras e redentoras, por outro lado, para quem procura acompanhar o que é produzido nos campos das Ciências Sociais e das humanidades, se é verdade que algumas análises se repetem, também outras trazem novas pistas e abrem dimensões insuspeitas. Neste âmbito vasto e estimulante, o presente texto é necessariamente muito modesto, apenas pretendendo fazer uma síntese muito parcelar que recorre sobretudo a abordagens, implícita ou explicitamente, referenciáveis à Sociologia ou a outras Ciências Sociais. Em qualquer dos casos, estas abordagens contêm questões teórico-conceituais a revisitar, nomeadamente as que dizem respeito

ao Estado e às velhas e novas desigualdades sociais e educacionais, mitigadas ou ampliadas, no contexto atual, pelas tecnologias digitais.

O REGRESSO AO PROTAGONISMO DO ESTADO: ENTRE O AUTORITARISMO E O *KEYNESIANISMO* DE EXCEÇÃO

O contexto de meados dos anos oitenta, em que Theda Skocpol coorganizou a coletânea “Bringing the State Back In” e o contexto em que Bob Jessop retomou este mesmo apelo e reflexão, já no início dos anos dois mil, em “Bringing the State Back In (yet again)”, são muito diferentes do atual, embora a constatação seja a de que o Estado está de volta, ainda que agora por razões conjunturais ditadas pelas urgências de uma nova realidade social sanitária, com muitas incertezas, dilemas e dramáticas implicações. Com efeito, a pandemia tem obrigado a repensar as políticas públicas de saúde, o papel do Estado e até mesmo a revisitar algumas perspectivas teórico-conceituais que julgávamos desatualizadas. Usando uma expressão ambígua e de difícil tradução, há mesmo quem pareça lamentar termos de voltar a confrontar-nos com a conexão problemática (“vexed relationship”) entre o Estado, as relações sociais dominantes e a saúde pública (Sotiris, 2020, online). Mas deixando agora de lado esta adjetivação, o que importa salientar é que a discussão sobre o Estado nacional voltou claramente a ter centralidade, quase deixando de ser anacrônico, pelo menos temporariamente, um certo *nacionalismo metodológico* cujos pressupostos e limites explicativos foram, com alguma frequência, discutidos na análise sociológica. Roger Dale, por exemplo, que frequentemente utilizou e chamou a atenção para os limites explicativos subjacentes a esta expressão, refere o seu significado mais usual e a autoria inicial da mesma: “O termo ‘nacionalismo metodológico’ foi cunhado originalmente por Hermínio Martins [...]. É geralmente usado para referir a suposição dada como certa de que os Estados-nação e as suas fronteiras são os recipientes ‘naturais’ das sociedades e, portanto, a unidade de análise apropriada para as ciências sociais” (Dale, 2005, p. 124). Mesmo que seja este o significado, não me parece que no atual contexto, ao contrário do que escreve Geoffrey Pleyers, o ressurgimento do nacionalismo metodológico constitua um paradoxo pelo facto de a pandemia COVID-19 ser um fenómeno “profundamente global” (Pleyers, 2020 online). Era aliás, expectável que face a esta crise, e na ausência de uma

estrutura supranacional eficaz no combate a uma doença global, o Estado voltasse a ter mais protagonismo, ainda que, por razões várias, não tenha existido, nem exista, uma forma de atuação idêntica em todos os países, mesmo porque os próprios regimes políticos puderam e podem, com maior ou menor legitimidade, por persuasão cívica e científica ou por imposição, adotar medidas diferenciadas. Aliás, essas diferenças foram notórias logo no início da pandemia quando comparados países com governos mais democráticos ou mais autocráticos. Com efeito, “em alguns casos, prevaleceu um capitalismo de Estado autoritário, enquanto noutros a face mais social do Estado apareceu com maior força” (Bringel, 2020, p. 181). Mas os estudos disponíveis não são convergentes. Embora haja uma pluralidade de fatores e condições que explicam que “todos os governos responderam à crise, mas não ao mesmo tempo, nem exatamente da mesma maneira, ou com a mesma força ou rigor” (Capano *et al.*, 2020, p. 287), outros sugerem “que não existe uma correspondência clara entre o regime político e a severidade das medidas adoptadas” (Barbeito & Iglesias, 2020, p. 709). Uma tendência generalizada, todavia, foi a assunção explícita do protagonismo do Estado. Como diz Appadurai (2020b online), “a COVID-19 parece ter dado ao Estado-nação um novo sopro de vida”. De facto, como também escreve Christian Laval, assistimos a uma “quase absoluta prevalência da lógica de Estado-nação no enfrentamento da crise de saúde. Cada Estado respondeu inicialmente aos problemas apresentados por ela como se fosse uma ilha: cada um capaz de lidar com a crise da sua forma, independentemente dos outros” (Laval, 2020, online).

Genericamente, gerou-se um compreensível e urgente apelo social para que o Estado passasse a ser (ou voltasse a ser) mais proativo no acionamento e fortalecimento de políticas públicas - políticas cuja redução, ou mesmo dismantelamento, ele próprio permitiu e até incentivou no auge do neoliberalismo. Por isso, uma análise sociológica mais demorada poderá, entre outros aspetos, considerar os paradoxos e contradições do Estado ao longo das últimas décadas, refletidas de algum modo neste novo protagonismo - ou “keynesianismo de excepção” (Caldas *et al.*, 2020) - que não se deve confundir com alternativas efetivas e duradouras. Trata-se de uma intervenção conjuntural, com características muito particulares, na qual o Estado tem usado ferramentas keynesianas - uma espécie de “keynesian toolkit”, na expressão metafórica de Maffettone e Oldani

(2020, p. 505), ou um “keynesianismo provisório e muito parcial, com data de validade” (Arruzza & Mometti, 2020, online). Nesta hipótese, que mais tarde ou mais cedo será comprovada, faz sentido que as referidas medidas possam não apenas ser entendidas em função de alguns direitos sociais básicos e de necessidades de sobrevivência, como também (ao menos na sua função latente) contributo para a manutenção da coesão social num contexto de crise. Também por isto, as políticas sociais mais estruturantes que podem ser referenciadas a formas historicamente mais bem-sucedidas de Estado-providência (e que pressupuseram uma ampla soberania e autonomia relativa do Estado nacional) já só podem ser equacionadas num contexto mais amplo. E temos mesmo de pensar em alternativas e refletir criticamente sobre as que já são conhecidas, uma vez que as condições históricas, económicas, políticas e culturais são hoje muito diferentes. Uma alternativa possível (ou utopia realizável) é assim formulada por Christian Laval: “Se a consequência desta crise for o “retorno ao Estado-nação” e o “renascimento da soberania de Estado”, então estaremos diante de um dos mal-entendidos mais sérios da história. A única maneira de andarmos para frente é se passarmos a tratar a saúde como um bem comum global” (Laval, 2020, online).

Para além das condicionantes que têm a ver com a globalização/internacionalização do capitalismo, e no que diz respeito aos países que integram organizações regionais que os vinculam fortemente, como é o caso da União Europeia, a questão da soberania dos Estados nacionais é ainda mais complexa e admite especificidades. Relativamente a estas especificidades e no que se refere a Portugal (mas não só), a compreensão do papel do Estado, nomeadamente em relação às margens de autonomia relativa que o exercício da soberania necessariamente implica, revela algumas contradições que na atual conjuntura vieram mais à tona, uma vez que, por exemplo, “em áreas cruciais, quem declarou a suspensão temporária de regras constrangedoras da soberania nacional foi a União Europeia - do campo orçamental às ajudas de Estado” (Rodrigues, 2020, p. 100). E muito embora as políticas sociais continuem em grande medida entregues aos Estados nacionais, o nosso país está vinculado a decisões de nível supranacional com repercussões importantes para as políticas públicas. Não pode, aliás, ser esquecido, a este propósito, por exemplo, o facto de o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia terem tido um papel decisivo quando

integraram a *troika*, e esta, por sua vez, ter imposto aos portugueses medidas de forte austeridade que, em associação com as consequências que vinham da crise financeira de 2008, contribuíram para agravar significativamente o já insuficiente financiamento do Serviço Nacional de Saúde. Mais genericamente ainda, não podem ser esquecidas a contração e degradação dos serviços públicos que resultaram da crescente hegemonia da agenda neoliberal, na qual também se inscreveram, em maio de 2011, as imposições do memorando da *troika* e o seu reforço (só ideologicamente justificado) por parte do governo português da altura.

Não admira, portanto, que um dos aspetos importantes que têm sido discutidos em várias sociedades a propósito da atual crise pandémica diga respeito ao recuo do Estado-providência, recuo esse tornado visível precisamente pelo acentuado desinvestimento em políticas públicas, nomeadamente as que dizem respeito à não criação ou não atualização de serviços, prestações, equipamentos e infraestruturas necessários à efetivação equitativa e universal de direitos sociais em áreas tão fundamentais como a saúde e a educação - tudo isso, em grande medida, decorrente de opções políticas contrárias ao intervencionismo estatal e ortodoxamente guiadas pela mítica representação de uma reguladora e supostamente eficaz *mão invisível* (expressão, aliás, raramente utilizada na obra de Adam Smith e hoje abusivamente descontextualizada e naturalizada pelo senso comum). Como salienta David Harvey, “quarenta anos de neoliberalismo deixaram o (setor) público totalmente exposto e mal preparado para enfrentar uma crise de saúde pública na escala do coronavírus” (Harvey, 2020, online). No mesmo sentido, é pertinente a observação do pedagogo radical Henry Giroux quando escreve que a atual pandemia não é apenas uma crise sanitária “é também uma crise política e ideológica. É uma crise profundamente enraizada em anos de negligência por parte de governos neoliberais que negaram a importância da saúde pública e do bem comum, não financiando (“defunding”) as instituições que os tornaram possíveis” (Giroux, 2020, p.3).

De facto, no momento em que surgiu esta pandemia, as condições que subsistiam em muitos países, para dar conta de inesperadas emergências sociais, revelaram imediatamente as consequências do lado mais nefasto das políticas de destruição intencional dos bens públicos (construídos através de décadas de lutas e movimentos

emancipatórios de democratização política, económica e cultural), passando assim a estar em causa a preservação de direitos humanos básicos devido à adoção de políticas que assentaram essencialmente em diferentes formas de privatização e mercadorização de bens e serviços que deveriam ser *commons*. Estas políticas, apesar das resistências sociais para evitar o seu desmantelamento, ainda assim, e no melhor dos casos, não deixaram de reduzir significativamente o Estado-providência, quer nas sociedades onde essa forma política de Estado estava mais consolidada, quer em sociedades semiperiféricas, como a portuguesa, em que o nosso próprio modelo tinha, mais tardiamente e depois da *revolução dos cravos*, alcançado uma configuração mais efetiva, ainda que mais frágil, porque já em contraciclo face à agenda neoliberal emergente nos anos setenta. Pior ainda se encontravam as sociedades periféricas no contexto capitalista mundial cujo Estado não chegou nunca a criar condições básicas minimamente consistentes e sustentáveis para a manutenção de direitos sociais, de tal modo que continuam a ser (com os agravamentos previsíveis) as mais vulneráveis aos efeitos pandémicos, sem esquecermos, todavia, que há muitos grupos sociais que em sociedades semiperiféricas e mesmo centrais estão igualmente arredados de quaisquer direitos fundamentais e, portanto, mais expostos a todas as consequências desumanas daí decorrentes.

Sabemos do agravamento das desigualdades na distribuição de riqueza a nível mundial, como mostra, por exemplo, *O Capital no Século XXI* de Thomas Piketty - uma das obras mais referenciadas e discutidas nos últimos anos. E os acontecimentos nesse mesmo sentido não param. Isso mesmo aconteceu, mais recentemente, com a enorme crise financeira de 2008-2009 e, agora, com esta ainda mais profunda recessão económica provocada pela COVID-19. Também sabemos que a possibilidade de lidar com a enorme heterogeneidade de problemas é distinta consoante os países: tem graus diversos quando considerados os recursos disponíveis para as políticas públicas, as orientações político-ideológicas dos governos, os níveis culturais e educacionais, os avanços tecnológicos e de investigação, a solidez do tecido produtivo, a densidade da democracia e o grau de interiorização dos direitos, entre muitos outros fatores.

Além disso, quando consideradas algumas dimensões micro e meso-sociológicas, as desigualdades continuarão a ser maximizadas consoante os efeitos que as diferentes formas de dominação (de classe, etnia, religião, género, raça...) exercem, direta

ou indiretamente, sobre os indivíduos ou comunidades - efeitos maximizados pela sua condição social e jurídica, sendo ou não cidadãos nacionais (sobretudo quando são pobres, sem-abrigo, refugiados, requerentes de asilo, imigrantes...), ou quando têm trabalhos precários e desqualificados ou, ainda, quando estão na expectativa de ter acesso a programas particularistas de subsistência - enquanto não for possível um amplo debate nacional e internacional sobre a viabilidade de um *rendimento básico incondicional*, cujas propostas vão surgindo com maior frequência (agora também induzidas pela pandemia) e sendo disponibilizadas por iniciativas de organizações da sociedade civil, de partidos políticos, de estudiosos e investigadores das áreas das Ciências Sociais e Humanidades, entre outras (ver, por exemplo, Merrill *et al.*, 2019; Artner, 2019). O próprio Secretário-Geral da Nações Unidas, no discurso de abertura da 75ª Sessão da Assembleia Geral, em 22 de setembro de 2020, propôs um Novo Contrato Social, a nível nacional e um Novo Acordo Global, a nível internacional, que estabeleçam “uma nova geração de proteção social - incluindo a cobertura universal de saúde e a possibilidade de uma renda básica universal”. Neste mesmo discurso, das muitas chamadas de atenção para os graves problemas do mundo atual, sublinhou ainda a necessidade de “acabar com todas as formas de exclusão, discriminação e racismo” (Guterres, 2020, online).

A título de exemplo, e para referir apenas realidades relativas a países africanos e europeus (porque elas têm a ver com muitos outros países noutros continentes), a situação dos refugiados é particularmente crítica, sobretudo quando (sobre)vivem à sua sorte mesmo em campos apoiados por organizações humanitárias que, apesar do trabalho extraordinário que estas desenvolvem, não conseguem, sem a vontade clara da UE e dos governos, resolver os problema de milhares de pessoas. O exemplo mais recente é o do Campo de Moria, na ilha grega da Lesbos, que ardeu completamente e deixou 13 mil refugiados em “terra de ninguém”, conforme noticiaram os *mass media* de 10 de setembro de 2020. Este e muitos outros casos revelam como “A maioria vive em condições de limbo legal (‘legal limbo’) em um país onde eles não têm cidadania” (Nawyn, 2020, p. 47). Mas também “desproporcionalmente afetados pela pandemia” têm sido os trabalhadores migrantes e os trabalhadores precários (Amnesty International, 2020a, online). E como as desigualdades também atravessam (e devem interrogar-nos de

forma *interseccional* sobre) a suposta homogeneidade quando se nomeia um determinado grupo social, é importante lembrar que a pandemia não tem apenas uma expressão sanitária. E “ainda que tenha uma aparência inicial policlassista, a pandemia do capital é de fato muito mais funesta ao atingir o corpo-classe das mulheres trabalhadoras brancas, e mais intensamente o corpo-classe das trabalhadoras negras, indígenas, imigrantes, refugiadas, LGBTs, etc.” (Antunes, 2020a, online). Neste sentido, uma constatação várias vezes reiterada, nomeadamente nas análises sociológicas, é a de que a pandemia exacerba as desigualdades e revela a configuração das estruturas sociais, nomeadamente em relação à classe, raça e género. Por isso, “uma abordagem interseccional é crucial para entender como a crise é vivida e por que razão a forma como a enfrentamos é profundamente desigual e injusta” (Pleyers, 2020).

Como refere o conhecido sociólogo Mike Davis (que publicou recentemente uma nova versão do livro *The Monster*, no qual atualiza e amplia a sua anterior reflexão sobre as pandemias), “os países diferem amplamente no acesso a cuidados de saúde, indicadores de desigualdade de renda e legados estruturais de discriminação racial e étnica ... Mas mesmo em países com cuidados de saúde universais e níveis muito mais baixos de desigualdade são as populações vulneráveis que ficam ainda mais desprotegidas e, muitas vezes, invisíveis na crise atual. É por isso que a COVID-19 está a revelar a existência de “duas humanidades imunologicamente diferentes” (Davis, 2020a, online; ver também Davis, 2020b).

Com efeito, ainda que o Estado imponha decisões para serem transversais a toda a sociedade, as condições de receção social e de acatamento desta imposição, como tem sido sublinhado, são muito diversificadas, mesmo quando, como já constatámos, “o Estado é obrigado, por vezes transgredindo a rotina normal da sua natureza de classe, a empreender práticas mais autoritárias e, ao mesmo tempo, mais genericamente dirigidas, a fim de evitar uma catástrofe” (Badiou, 2020, p. 39). No entanto, a ideia de que a pandemia não reconhece barreiras de classe ou outro tipo de fronteiras sociais é um “mito conveniente” (Harvey, 2020, online), uma vez que os impactos são altamente assimétricos. Göran Therborn (autor, em muitos outros, do livro *The Killing Fields of Inequality*) sublinha em texto recente que “a pandemia de COVID-19 é uma grande causadora de desigualdade (‘a great unequalizer’), tanto viral como economicamente,

com feroz discriminação tanto dentro como entre classes, entre homens e mulheres, gerações e grupos étnicos” (Therborn, 2020, p. 85).

São afinal desigualdades que não apenas se mantêm como se acentuam já que as mudanças que se têm verificado em inúmeros níveis e domínios da vida social não parecem alterar a configuração estrutural das formas hegemónicas de dominação. Não deixa, por isso, de ser algo ingénuo pensar que é principalmente o próprio capitalismo que vai sair debilitado desta crise.

Entre muitos outros indicadores, há que ter em conta “os elementos distópicos da pandemia, [nomeadamente porque] ela fornecerá oportunidades para os *capitalistas do desastre* lucrarem” (Matthewman & Huppertz, 2020, p. 1), enquanto “empreendedores ávidos para capitalizar em cima do sofrimento global” (Butler, 2020, online). Aliás, não foi certamente sem expectativas de expansão dos lucros que grandes multinacionais se apressaram a ajudar os Estados nas respostas às situações de emergência em decorrência da pandemia. Com isso, ampliaram o mercado de bens e serviços, nomeadamente no campo das tecnologias digitais, aproveitando a procura crescente por parte dos diferentes níveis de ensino. Neste caso, resta saber se estamos perante algo mais do que a “potencial promoção de uma concepção comercial de educação em relação ao consumo de software” (Ruiz, 2020, p. 57), ou se estão a ser ampliadas “possíveis derivas privatistas, de mercadorização, produção e consumo generalizados e alienantes de ‘kits didáticos’ e de outros conteúdos” (Lima, 2020, em publicação). Pondo a questão noutros termos, não é nenhuma novidade que “o digital há muito entrou nas escolas, das plataformas eletrónicas de gestão aos materiais didáticos. [Porém,] a questão crucial reside em saber sob que objetivos, valores e interesses tais tecnologias serão usadas, sabendo-se que não existem tecnologias neutras. Ante a incerteza inerente à pandemia, como colocar as novas tecnologias da informação e comunicação a serviço de uma educação pública democrática?” (Lima, *et al.*, 2020, p. 2).

Sendo certo que os mercados são há muito uma preocupação central da indústria global de tecnologia educativa, a verdade é que “a pandemia tem criado oportunidades de negócio notáveis para a obtenção de lucros, bem como uma maior influência sobre as práticas de educação” (Williamson, Eynon & Potter, 2020, p. 108). E como estes autores também chamam a atenção, esta influência sobre a educação tem sido

apoiada por parte da UNESCO, do Banco Mundial e da OCDE que consideram ser estratégico expandir a educação *online* a nível global, contando para isso com parcerias com empresas como a Google, Microsoft, *Facebook*, *Zoom* ... (*ibidem*, p. 129).

E sem pôr de lado a importância social de algumas iniciativas destas e doutras empresas das tecnologias digitais, ao apoiarem o ensino a distância na atual conjuntura pandémica (nalguns casos até com períodos iniciais de acesso gratuito), não deixa de ser um facto economicamente relevante constatar que “por esta altura, a pirâmide da riqueza já se tornou mais acentuada, tendo modificado o seu perfil em favor das atividades de alta tecnologia e comunicação” (Ceceña, 2020, p. 1). Para tanto terão contribuído certamente os processos de concentração por extinção ou compra de pequenas e médias empresas, transformando os mercados digitais num oligopólio (Bohn, Friederici & Gümüşay, 2020, online). Neste sentido, “aumentar o controle da educação por grandes empresas de tecnologia é uma mudança regressiva” (Reay, 2020, p. 318). E, além disso, como chama a atenção Ricardo Antunes, seguindo o trabalho de Ursula Huws, “é imperioso enfatizar [...] que tais atividades sequer poderiam existir sem a produção de mercadorias que se originam em espaços como as *sweatshops* da China ou outros espaços produtivos do Sul (Antunes, 2020b online). E “sem a geração de energia, cabos, satélites, computadores [...] telemóveis e milhares de outros produtos materiais, a extração das matérias-primas que compõem essas mercadorias, o lançamento de satélites no espaço para transportar esses sinais [...] ninguém poderia ter acesso à internet” (Huws, 2014, p. 82). Também por isso, estas empresas de que menos se fala neste contexto e das quais dependem as grandes multinacionais do digital têm aumentado os seus enormes lucros na sequência da pandemia da COVID-19.

Mas o capitalismo também corre riscos, como pudemos perceber imediatamente no início da pandemia quando, por exemplo, pela voz de governantes autoritários e autocráticos, assistimos à desvalorização dos contágios para, simultaneamente, justificar a defesa do funcionamento ‘normal’ da economia, a qualquer custo. Como a este propósito escreveu Marco D’Eramo (2020, p. 26), “os graves danos que esta epidemia ameaça infligir ao capital explicam a relutância dos políticos em impor o isolamento e a quarentena”. Observação semelhante fazem outros autores quando escrevem que “o autoritarismo de exceção, apoiado na mobilização de ferramentas distópicas, e

orientado para a permanência ou o regresso rápido à produção, sem segurança, dos que não podem teletrabalhar ou passar quarentenas em paraísos artificiais, anuncia-se como o pavimento, não de uma estrada, mas de uma verdadeira autopista para a servidão (Caldas, Silva & Cantante, 2020, p.141).

Entretanto, passada a primeira vaga, também os governos democráticos, como o português, apostando na manutenção (e vigilância) das estratégias sanitárias adotadas, não pretendem, segundo o discurso oficial (em setembro de 2020), voltar a impor o confinamento generalizado, de modo que a vida, em geral, e a economia, em particular, possam ser genericamente retomadas. Mas não são apenas os governos de *per se* que estão preocupados com a economia; são também as organizações internacionais e supranacionais que têm particular influência nas opções políticas nacionais, como é o caso do Banco Mundial, da OCDE e da EU, sobretudo no que diz respeito à formação do capital humano como condição de empregabilidade e competitividade. A *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico*, por exemplo, é muito explícita quando em relação à atual conjuntura afirma que “cada semana de fechamento da escola implicará numa perda massiva no desenvolvimento do capital humano, com implicações económicas e sociais significativas de longo prazo” (OECD, 2020, p.1). Na mesma direção, o Banco Mundial sublinha “o custo a longo prazo sobre a acumulação de capital humano” (BM, 2020, p. 5). Não que não haja nestes relatórios de organizações internacionais e supranacionais referências ao aumento das desigualdades, do desemprego ou da conflitualidade social na ausência ou insuficiência de medidas para “mitigar” a crise. Mas a educação como direito humano básico ou como projeto de humanização pluridimensional parece completamente ausente (ou muito disfarçada) face a uma conceção instrumental e unidimensional, cuja importância tem a ver, essencialmente, com a preparação avançada de trabalhadores (ou formação de capital humano) para servir as necessidades da produção pós-fordista, polivalente e flexível e as exigências de uma economia de mercado que se pretende fortemente competitiva.

Mas nem todos têm ou virão a ter trabalhos altamente competitivos. Uma grande parte das pessoas em idade ativa sofre hoje os problemas de desemprego ou de *lay-off*. É compreensível, portanto, que seja ansiosamente desejada a designada *nova normalidade*. E, neste caso, tal como algumas interpretações sugerem, pode ser que

esta designação implique simplesmente “um projeto de reconstrução do capitalismo que se esconde na preocupação de muitos em recuperar a sociabilidade e o emprego” (Bringel & Pleyers, 2020, p. 15). Com efeito, “a ‘normalização’ de situações de submissão” foi sempre um anseio dos poderosos. E é também por isso que “esta ‘nova normalidade’ não pode resultar na normalização da injustiça social e da desigualdade educativa” (Puiggrós, 2020, p. 38).

Por ter assumido que a atual crise pandémica só poderia ter uma solução consistente dentro de um projeto de sociedade pós-capitalista, Slavoj Žižek provocou um interessante debate do qual participaram diversos autores, entre os quais Byung-Chul Han, que contrapôs: “O vírus não vencerá o capitalismo. A revolução viral não chegará a produzir-se. Nenhum vírus é capaz de fazer a revolução. O vírus isola-nos e individualiza-nos. Não gera nenhum sentimento coletivo forte” (Han, 2020, p.110). Ou seja, sem uma mobilização coletiva e global contra-hegemónica, o capitalismo, mais uma vez, vai sobreviver, ainda que a um custo humano incalculável para todos os que não têm senão a sua força de trabalho para vender (quando a podem vender), já que nem todos/as podem ter o “privilégio da servidão” (oxímoro com grande densidade política que é também o título de um dos livros de Ricardo Antunes).

Uma outra questão muito importante que tem sido frequentemente levantada no contexto desta pandemia é a de saber se a democracia resiste, ou não, a esta crise, uma vez que, como sistema político e prática social, já vinha a dar sinais de erosão, constituindo assim o pilar mais frágil de muitas sociedades nas últimas décadas.

Embora no final do século XX tenhamos assistido a uma onda democratizadora em países muito diferentes e geograficamente distantes uns dos outros, os inquéritos de opinião pública têm vindo a revelar “uma insatisfação significativa com a democracia como é atualmente praticada, não apenas em países recentemente democratizados, mas também nas democracias mais estabelecidas” (Markoff, 2013, p.14). No que diz respeito a Portugal, vários estudos vão no mesmo sentido. Num deles em que várias dimensões e variáveis explicativas são discutidas em termos comparativos, chama-se a atenção para o facto de “os níveis de confiança nas instituições políticas desceram em todos os países da Europa do Sul desde 2000” (Fernandes, *et al.*, 2019, p.36). Na mesma linha, dois recentes relatórios internacionais tratam a questão do recuo da

democracia, utilizando diferentes indicadores. O *Global Satisfaction with Democracy Report 2020* - sobre a opinião dos cidadãos de variadíssimos países, ao longo de um período bastante dilatado e com uso de distintas fontes de dados, dá conta de que, “em todo o mundo, a democracia está num estado de mal-estar profundo” e “a insatisfação com a democracia tem aumentado com o tempo”. Nos últimos anos, as razões apontadas sublinham que “no Ocidente, a crescente polarização política, a frustração económica e a ascensão de partidos populistas, minaram a promessa das instituições democráticas” (Foa *et al.*, 2020, p.2). Por sua vez, o *Democracy under Lockdown: The Impact of COVID-19 on the Global Struggle for Freedom*, logo na página inicial, sublinha: “A pandemia COVID-19 gerou uma crise para a democracia em todo o mundo. Desde o início do surto de coronavírus, a condição da democracia e dos direitos humanos piorou em 80 países. Os governos responderam cometendo abusos de poder, silenciando os seus críticos e enfraquecendo ou fechando instituições importantes, muitas vezes minando os próprios sistemas de accountability necessários para proteger a saúde pública” (Repucci & Slipowitz, 2020, online).

Esta insatisfação com a democracia, que não significa necessariamente que os cidadãos queiram mudar de regime político, cria, no entanto, em certos indivíduos e grupos sociais, uma predisposição para a adesão a discursos e partidos de índole populista autoritária, sendo que, em certos casos e de forma oportunista, há quem aproveite a crise da pandemia para reforçar as suas posições antidemocráticas. A este respeito, muitos governos, da Hungria às Filipinas, passando pela Rússia, Índia, EUA e Brasil, já utilizaram a crise da COVID-19 para consolidar o poder e em alguns casos para atacar adversários políticos. Isto é tão mais grave quanto “A resposta a uma epidemia tem o potencial de afectar os direitos humanos de milhões de pessoas. Antes de mais, o direito à saúde, mas também outros direitos em jogo” (Amnesty International, 2020b online). Não é por acaso, portanto, que em países com governos e líderes de extrema direita, esta radicalização lembre situações históricas cujas atrocidades são completamente desvalorizadas ou incompreensivelmente desconhecidas. São, aliás, chocantes a este propósito os resultados de um inquérito divulgado em setembro de 2020 nos EUA, que revelam que “quase dois terços dos jovens adultos norte-americanos não sabem que seis milhões de judeus foram exterminados, e um em cada dez acredita que os judeus foram

responsáveis pelo Holocausto” (P. B. Reis, 2020, p. 28). Com este nível de ignorância dos inquiridos e (muito provavelmente) de baixo desenvolvimento moral, também não surpreende que em certos setores político-ideológicos poderosos da sociedade americana “a ligação entre o total desprezo pelas liberdades, igualdade e humanidade [se manifeste] a partir dos objetivos de consolidação do poder e proteção dos interesses do capital que derivam das construções ideológicas e táticas de uma cosmovisão fascista” (Delaney, 2020, online).

Também em países com maior estabilidade democrática a ascensão de movimentos racistas e de extrema direita fez temer que o vírus da pandemia pudesse vir a ser “a parteira secreta de regimes autoritários” (Turner, 2020, p.11). Isso traduziu-se na explicitação do receio (fundado possivelmente na transposição de quadros de análise relativos a outras situações históricas) de que as medidas (temporárias) de emergência, decididas por diferentes governos para fazer frente à pandemia, as quais implicaram privação de direitos fundamentais, tenderiam a tornar-se definitivas e, assim, normalizar (ou prolongar *sine die*) o que só seria admissível num breve e justificado Estado de emergência ou de exceção. Foi esta a análise que alguns autores de referência, como Giorgio Agamben, se terão apressado a divulgar, tendo com isso dado origem a uma polémica bastante viva e não apenas no campo filosófico (entre muitos outros, Berg, 2020; D’Eramo, 2020).

O *Estado de exceção* (Agamben, 2018) que pode ser declarado por razões diversas, autoritárias ou dissimuladamente antidemocráticas, também, em certas condições, é admitido por razões democraticamente justificáveis. No entanto, como sublinha, Jürgen Habermas (2020 online), “naturalmente, a limitação de um grande número de liberdades importantes deve permanecer uma exceção estritamente contida”. Ora, no início da pandemia, Giorgio Agamben ter-se-á precipitado ao considerar a declaração de confinamento obrigatório, por parte de muitos governos, como uma forma de estado de exceção antidemocrático. Esta posição talvez possa ser atribuída à convicção, frequentemente reiterada por este autor, de que o estado de exceção passou a ser frequente ou mesmo normal: “Vivemos há decênios num estado de exceção que se tornou regra, exatamente assim como acontece na economia em que a crise se tornou a condição normal. O estado de exceção - que deveria sempre ser limitado

no tempo - é, pelo contrário, o modelo normal de governo, e isso precisamente nos Estados que se dizem democráticos” (Agamben, 2020, entrevista online).

Mas não é apenas o Estado de exceção que tem sido objeto de interpretações várias. Há também outras posições e justificações que podem suscitar dúvidas se não forem contextualizadas. É o caso de Slavoj Žižek quando escreve que “um Estado forte é necessário em tempos de epidemias, uma vez que medidas em grande escala, como as quarentenas, devem ser realizadas com disciplina militar” (Žižek, 2020, p. 10.) Sabemos que tanto Agamben como Žižek têm visões políticas democráticas, razão mais do que suficiente para evitar quaisquer equívocos de interpretação, sobretudo quando a expressão Estado forte pode traduzir uma representação mais benévola de regimes não democráticos, ou mesmo de regimes e governos que, muito embora respaldados por votação democrática, assumem hoje uma natureza autoritária ou autocrática - e são vários os exemplos atuais, como o da Polónia e da Hungria em que o *constitucionalismo iliberal* tem sido uma forma ardilosa de contornar a legalidade democrática. Como referem alguns autores, enquanto o partido polaco PiS (Lei e Justiça), da direita conservadora nacionalista, “finge respeitar a democracia, Orbán finge respeitar o Estado de Direito” (Drinóczi & Bień-Kacala, 2020, p. 21). No mesmo sentido, Latif Tas (2020) escreve que “a crise da COVID-19 deu aos autocratas uma desculpa para expandir e aprofundar o seu poder, ao mesmo tempo que piorou a propagação da pandemia”. E quando se expandem os meios de vigilância sanitária baseados em tecnologias digitais, que se pretende sejam usados para fins legítimos, ainda assim, na ausência de mecanismos transparentes de *accountability*, não é possível garantir que os mesmos sejam completamente imunes a desvios ilegítimos relativamente às regulamentações legais de proteção de dados (Keller & Pereira, 2020, online; para uma outra reflexão sobre a questão da proteção de dados em contexto de pandemia, ver também Zwitter & Gstrein, 2020). Estas e muitas outras situações exemplificam que “a crise da COVID-19 testará os limites da democracia em todo o mundo” (Giroux, 2020, p. 11).

O RETORNO PRESENCIAL ÀS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO E A PANACEIA DIGITAL

São vários os estudos e documentos já elaborados e divulgados por diferentes organizações internacionais sobre a pandemia. Um relatório da ONU, de agosto de 2020, chama a atenção para a enorme gravidade das repercussões da atual crise sanitária na educação a nível mundial, sublinhando que “a pandemia da COVID-19 criou a maior ruptura dos sistemas educativos da história”, com todas as consequências, não apenas para as aprendizagens, mas também para os apoios relativos aos cuidados com a segurança e protecção, nomeadamente em relação aos riscos de violência de género, fornecimento de alimentação e acompanhamento pedagógico e psicológico que as escolas prestam, e dos quais beneficiam particularmente as crianças e jovens em situações mais vulneráveis (UN, 2020 online). No que diz respeito à América Latina e Caribe (situações que se repetem na Europa e noutros continentes), o confinamento tornou ainda mais paradoxal os efeitos de uma longa permanência no espaço doméstico: se, por um lado, na conjuntura pandémica, este é o abrigo mais seguro e o lugar por excelência do cuidado e dos afetos, por outro, nem sempre nesse espaço e tempo existem as condições materiais e humanas que facilitam interações saudáveis, sendo também aí que se geram tensões e conflitos propiciadores de diferentes formas de violência sobre crianças e jovens, que a frequência da escola evita que ocorram. Com efeito, “quarentenas prolongadas, superlotação, precariedade económica e pobreza crescente devido à pandemia já aumentaram o número de denúncias sobre incidentes de violência de género na região, incluindo atos de violência contra mulheres e meninas, o que confirma a exacerbação de vulnerabilidades pré-existentes” (CEPAL/UNESCO, 2020, p. 16). Devido ao confinamento (que também exponencia formas pré-existentes de dominação machista e patriarcal), a violência doméstica e a violência de género têm aumentado em muitos outros países e regiões do globo, e Portugal não está imune, como revelam os dados disponíveis (ver, por exemplo, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género). Por outro lado, também no contexto da pandemia há estudos que revelam que em situações em que as relações parentais permaneceram coesas e funcionais, não deixou de se verificar uma frequente sobrecarga de trabalho das mulheres em comparação com os homens, sobretudo em relação a tarefas domésticas e de cuidado dos filhos, mesmo

quando ambos em teletrabalho mantiveram a sua atividade profissional. Neste caso, mais especificamente, verificou-se, por exemplo, que os pais em confinamento e com profissões académicas mostraram ser particularmente suscetíveis às pressões vindas simultaneamente do espaço doméstico e do contexto profissional (Crook, 2020).

Com relação direta ou indireta com estas situações, há outras razões, embora não consensuais, que justificam que, passados os primeiros (longos) meses de experiência de confinamento, um dos assuntos mais discutidos seja a inevitabilidade de alunos e professores de todos os níveis de ensino retornarem à escola presencial. A este propósito, curiosamente, as críticas à escola pública - baseadas em argumentações que vão desde a permanência (e atualização) dos mecanismos de reprodução das desigualdades, ao excesso de mandatos educativos, à perda de centralidade face a outras instâncias de educação e socialização, à resistência à desburocratização, aos duradouros obstáculos que impedem margens reais de autonomia expressiva, até à revisitação das teses Illichianas mais radicais de desescolarização -, são agora secundarizadas (ou consideradas um mal menor) na defesa do retorno presencial à escola, enquanto espaço primordial de interação humana, científica e pedagógica. Aí se atualizam quotidianamente as vantagens insubstituíveis das vivências e experiências mais marcantes face às mediações tecnológicas à distância, cuja formalização prévia, standardização ou, mesmo, flexibilidade relativa esbatem ou deixam na penumbra, nomeadamente, as expressões mais genuínas dos sujeitos, nas suas tensões cognitivas e comportamentais que, ao invés, os contextos intrinsecamente educativos e relacionais (como a escola presencial) propiciam. Mas há também os que pretendem ir mais além da simples recuperação das vantagens já conhecidas em relação à educação escolar presencial. São os que acreditam que não é apenas desejável, mas possível, a reinvenção mais radical da escola (sobretudo da escola pública), na expectativa de que essa mudança (ou mesmo metamorfose) se inscreva, no tempo pós-pandemia, no mesmo ímpeto de esperados novos movimentos sociais nacionais e globais, de alta intensidade democrática, capazes de enfrentar a sério as ameaças ecológicas, as crescentes desigualdades sociais, os escandalosos processos de corrupção, as diferentes formas de injustiça, exploração e dominação. Restam ainda os que só acreditam na reinvenção da escola num contexto pós-capitalista que se traduza na rutura definitiva

com os sistemas económicos, políticos e culturais dominantes e que implique um rearranjo profundo, criativo e emancipatório de todos os processos sociais.

Vejo-me muito céptico em relação à possibilidade de ruturas profundas (a curto e médio prazo) e mais otimista em relação às práticas de reflexividade crítica que decorram do investimento (pessoal e coletivo) no desenvolvimento cognitivo e moral, capaz de induzir decisões e compromissos fortemente participados e com qualidade democrática, em torno das questões sociais mais urgentes, nomeadamente, na saúde, na educação, na promoção de comportamentos e estilos de vida congruentes com a dignidade de todos os seres humanos e na preservação dos sistemas ecológicos. Uma reflexividade crítica mais densa pressupõe naturalmente a volta à escola (a *outra* escola básica e secundária e a *outra* universidade), não dispensando, antes exigindo, um pensamento sobre as alternativas *utopísticas* que induza e não adie a possibilidade de práticas pedagógicas e organizacionais radicalmente inovadoras e portadoras de possibilidades de transformação. Apenas a título de exemplo: apostar na *comunidade* como lugar da solidariedade, da reciprocidade e do *bem comum local* (em oposição ao que defendem as ideologias neocomunitaristas retrógradas e isolacionistas) é irrealizável? Reverter a criação economicista dos agrupamentos de escolas, redefinindo os tempos e espaços, construindo escolas mais pequenas, com mais espaço e menos alunos, com profissionais mais qualificados e mais prestigiados socialmente, é irrealista? Se tivéssemos essa tipologia de escolas públicas teríamos hoje condições físicas adequadas para retornar com segurança à escola, em plena pandemia? Derrubar as barreiras disciplinares que continuam a enclausurar no ensino superior as diferentes Ciências Sociais e Humanas e dificultam as sinergias em projetos comuns com as Ciências da Vida e outras ciências é uma impossibilidade ou apenas a ampliação de experiências que já existem enquanto práticas científicas mais avançadas?

Não há muito tempo, quando se discutiam alternativas supostamente mais avançadas e com capacidade de transformação das práticas pedagógicas e organizacionais, convocavam-se com frequência, e de uma forma bastante idealizada, as tecnologias digitais. Entretanto, com a pandemia e as múltiplas experiências induzidas pela generalização e uso dessas tecnologias, agora como alternativa (espera-se que meramente conjuntural) à escola presencial, os professores dos ensinos básico e secundário já terão

mais argumentos sobre as possibilidades e limites instrucionais e didático-pedagógicos daí decorrentes. E as reflexões profissionais que se vão conhecendo sobre estas experiências, a que não são alheias as convicções mais pessoais, revelam, como seria de esperar, que estamos longe de um amplo consenso. Também as universidades não ficaram imunes a esta situação, o que “levou muitos a anunciar o ‘admirável mundo novo’ do aprendizado online como a panaceia para a crise” (Mayo, 2020, p. 373). Nada que não possa, mais amplamente, ser referenciado ao *ciberismo* como uma nova ideologia - a crença de que as tecnologias digitais são a solução para a maioria dos problemas e a principal força impulsionadora da economia do futuro (Stückelberger, 2020, p. 87). Mas a universidade tem particular obrigação de praticar a reflexividade crítica, condição necessária para o trabalho da investigação e da docência. Peter Mayo (2020), tal como muitos de nós, entende que esta oportunidade de utilização ampliada de dispositivos digitais para manter os cursos em funcionamento pode induzir uma salutar atualização dos docentes, acreditando que aqueles que são professores críticos, continuarão a sê-lo - “São os educadores acríticos, aqueles que acompanham a corrente dominante (*go with the flow*) sempre tão ávidos por abraçar novos modismos, que me preocupam muito”. Por um lado “seria insensato (*foolish*) ignorar os aspetos positivos da aprendizagem *online*”, uma vez que esses aspetos podem inscrever-se numa lógica de democratização do acesso ao ensino superior por parte de estudantes que, por alguma razão, estão em desvantagem comparativamente com aqueles que podem frequentar os cursos presencialmente e em melhores condições; por outro lado, as universidades estão cada vez mais tentadas a disponibilizar, para venda, serviços educativos e formativos altamente lucrativos (Mayo, 2020, p. 373-375). Estes são apenas exemplos elementares das muitas ambiguidades e contradições que existem nas conceções e práticas relativas ao uso das tecnologias digitais, as quais têm agora expressões mais complexas pelo facto de vivermos uma conjuntura pandémica inesperada, onde as desigualdades estão a acentuar-se fortemente. Aliás, Peter Mayo chama ainda a atenção para uma nova fragmentação social que tem a ver com os que podem, em segurança, trabalhar em casa e os que só podem exercer a sua profissão em contextos de trabalho e na relação direta com os outros. Com todos os problemas que estão a afetar diferentes grupos sociais, considera que “em muitos aspectos, as universidades são lugares privilegiados” (*idem, ibidem*). Isto não significa, no entanto, que a universidade não esteja submetida a fortes pressões e

dilemas que foram geridos de uma determinada forma, antes da atual crise, e que terão de ser confrontados de uma outra forma, eventualmente muito distinta, no período pós-pandemia. Haverá inevitavelmente fortes repercussões económico-financeiras da crise pandémica? Alterações profundas nos contextos e formas de trabalho individual e coletivo, nomeadamente em relação ao uso das tecnologias digitais? Fará sentido a este propósito a pergunta “para que tipo de pesadelo cibernético se encaminha o ensino superior”? (Zaidi, 2015, p. 275). Surgirão novos desafios em termos de docência, de investigação e de interação com a sociedade? Ocorrerá a reconfiguração de expectativas e de quadros emocionais e motivacionais de todos os atores, nomeadamente de estudantes e professores? Exigiremos, em qualquer caso, uma redobrada preocupação não apenas com as questões científicas e pedagógicas, mas também com as questões éticas, políticas e relacionais, destacando, em todos os níveis da universidade, as dimensões mais democráticas e emancipatórias da solidariedade e da justiça? Identifico-me, relativamente a estas questões, com a boa surpresa que me causou a decisão da prestigiada revista *Ephemera: theory & politics in organization* ao suspender a sua publicação por três meses com a justificação que o Editorial coletivo assim expressa: “Tomámos a decisão de desacelerar os nossos processos de publicação em função da gravidade da situação e em solidariedade com aqueles que atualmente passam por pressões, lutas e sofrimento. A crise não é apenas algo novo e transitório, ela também cristaliza e reforça as desigualdades existentes. Mas as crises também podem ter o potencial de criar outros imaginários políticos e novas realidades organizacionais. [...] Este é o momento em que devemos começar a construir uma nova academia. Vamos diminuir o nosso trabalho. Vamos acabar com as classificações de periódicos, fatores de impacto e outras métricas de produtividade. Apoiemos aqueles em posições precárias. Exijamos condições dignas de trabalho e vida. Pode parecer utópico, mas é exatamente o momento de começar a pensar e construir utopias” (Loacker, *et al.*, 2020).

Os cenários estão em aberto, e todos os dias surgem contributos importantes para pensar o período pós-pandemia, na educação e em todos os setores da vida social. Tê-los-ei em conta daqui para a frente porque me dizem respeito como cidadão e como universitário, mas considero prematuro avançar para um exercício prospetivo que é complexo, demorado e que foge aos objetivos (mais modestos) enunciados no início deste texto.

PARA CONCLUIR (PROVISORIAMENTE)

Tendo recenseado e analisado um número mais elevado de textos do que aqueles que efetivamente utilizei (a produção sobre o tema é efetivamente imensa em várias áreas), dei, no entanto, prioridade, quer nas paráfrases, quer nas citações *ipsis verbis*, àqueles que, do meu ponto de vista, fogem mais das justificações (funcionalistas) do *statu quo*, e que, portanto, se distanciam de uma visão que considera (mesmo que implicitamente) que a pandemia não criou senão uma situação de *anomia* passageira, que será substituída por um novo equilíbrio social (ou uma nova normalidade). Por isso, tendo a anuir mais frequentemente com os autores mais críticos e problematizadores, com contributos que procuram (re)interpretar muito do que na sociedade atual estava oculto e a pandemia desocultou ou agravou, e a rever-me num realismo esperançoso que, todavia, fica ainda aquém das perspetivas mais radicais que outros autores enunciam, ainda que estas sejam igualmente incontornáveis para pensar e imaginar um futuro verdadeiramente alternativo. Termino, por agora, pela pena do atual presidente da Associação Internacional de Sociologia: “A COVID-19 expôs desconfiças entre as pessoas, entre os países, entre os cidadãos e os governos, e está a levar-nos a levantar grandes questões sobre nós mesmos, as nossas relações sociais e a vida em geral. E esta crise não se limita apenas à saúde pública e ambiental ou à economia - o que estamos a testemunhar é um momento de verdade em relação à crise da modernidade tardia e ao seu sistema capitalista numa escala ampla e abrangente. Não seremos capazes de simplesmente voltar ao ‘business as usual’ depois de superarmos esta crise, e as Ciências Sociais devem trabalhar para analisar e se envolver ativamente na abordagem dessas novas realidades” (Hanafi, 2020, online). Certamente que as Ciências Sociais da Educação estão incluídas neste desafio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agamben, G. (2018). *Estado de exceção*. Lisboa: Edições 70.

Agamben, G. (2020). Deus não morreu. Ele tornou-se dinheiro. Entrevista com Giorgio Agamben - Blog da Boitempo. Consultado em <https://blogdaboitempo.com.br/2012/08/31/deus-nao-morreu-ele-tornou-se-dinheiro-entrevista-com-giorgio-agamben/>.

- Amnesty International (2020a). COVID-19: How human rights can help protect us. Consultado em <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2020/03/coronavirus-how-human-rights-help-protect-us/>.
- Amnesty International (2020b). Explainer: Seven ways the coronavirus affects human rights. Consultado em <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2020/02/explainer-seven-ways-the-coronavirus-affects-human-rights/>.
- Antunes, R. (2020a). Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado [extrato do livro]. Consultado em <https://aterraeredonda.com.br/coronavirus-o-trabalho-sob-fogo-cruzado/>.
- Antunes, R. (2020b). Trabalho virtual? *Revista ComCiência*, setembro. Consultado em <http://www.comciencia.br/trabalho-virtual/>.
- Antunes, R. (2018). *O Privilégio da Servidão*. São Paulo: Boitempo.
- Appadurai, A. (2020a). The COVID Exception. *Social Anthropology*, 28(2), 221-222.
- Appadurai, A. (2020b). Coronavirus won't kill globalization. But it will look different after the pandemic. Consultado em <https://time.com/5838751/globalization-coronavirus/>.
- Arruzza, C. & Mometti, F. (2020). Governance and Social Conflict in a Time of Pandemic. *Viewpoint Magazine*, abril. Consultado em <https://www.viewpointmag.com/2020/04/09/governance-and-social-conflict-in-a-time-of-pandemic/>.
- Artner, A. (2019). Is unconditional basic income feasible in capitalism? *Critique*, 47(4), 531-550, <http://doi.org/10.1080/03017605.2019.1678266>.
- Badiou, A. (2020). Sobre a situação epidêmica. In M. Davis, D. Harvey, A. Bihr, R. Zibechi, A. Badiou & S. Žižek. *Coronavírus e a luta de classes* (pp. 35-42). Brasil: Terra sem Amos.
- Banco Mundial- BM (2020). *COVID-19: Impacto en la educación y respuesta de política pública*. Washington, DC. World Bank. Consultado em <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/33696>.
- Barbeito, R. L., Iglesias, A. (2020). Democracias en cuarentena: respuestas políticas a la COVID-19 y el futuro de la democracia. *Revista Española de Sociología*, 29(3), 703-714.
- Berg, A. (2020). El derrape de Giorgio Agamben sobre el coronavirus. *Sin Permiso*. Consultado em <https://www.sinpermiso.info/textos/el-derrape-de-giorgio-agamben-sobre-el-coronavirus>.
- Bohn, S., Friederici, N. & Gümüşay, A. A. (2020). Too big to fail us? Platforms as systemically relevant. *Internet Policy Review*, August. Consultado em <https://policyreview.info/articles/news/too-big-fail-us-platforms-systemically-relevant/1489>.
- Boomgaarden, G. (Ed.). (2020). *International Social Science Thought Leaders Reflect on COVID-19*. Berlin: De Gruyter.
- Bringel, B. (2020). Geopolítica de la pandemia, escalas de la crisis y escenarios en disputa. *Geopolítica(s)*, 11 (Especial), 173-187.

Bringel, B. & Pleyers, G. (2020). Introducción. La pandemia y sus ecos globales. In B. Bringel & G. Pleyers (Eds). *Alerta global. Políticas, movimientos sociales y futuros en disputa en tiempos de pandemia* (pp. 9-32). Buenos Aires: CLACSO; Lima: ALAS.

Butler, J. (2020). Judith Butler sobre a COVID-19: O capitalismo tem seus limites. Consultado em <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/20/judith-butler-sobre-o-COVID-19-o-capitalismo-tem-seus-limites/>.

Caldas, J. C., Silva, A. A. & Cantante, F. (2020). *As Consequências Socioeconômicas da COVID-19 e a sua Desigual Distribuição*. Lisboa: CoLABOR. Consultado em <https://colabor.pt/wp-content/uploads/2020/07/As-consequencias-socioeconomicas-da-COVID-19-e-sua-desigual-distribuicao.pdf>.

Capano, G., Howlett, M., Jarvis, D. S. L., Ramesh, M., & Goyal, N. (2020). Mobilizing policy (in)capacity to fight COVID-19: Understanding variations in State responses. *Policy and Society*, 39(3), 285-308.

Ceceña, A. E. (2020). Los entramados bajo la pandemia. *América Latina en Movimiento*, n. 549, año 44, 2ª época, 1-4.

CEPAL/UNESCO (2020). *La Educación en Tiempos de la Pandemia de COVID-19*. Informe COVID-19, agosto. Consultado em <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45904-la-educacion-tiempos-la-pandemia-COVID-19>.

Crook, S. (2020). Parenting during the COVID-19 pandemic of 2020: academia, labour and care work, *Women's History Review*, (Ahead-of-print). 1-13. <http://doi.org/10.1080/09612025.2020.1807690>.

Dale, R. (2005). Globalisation, knowledge economy and comparative education. *Comparative Education*, 41(2), 117-149.

Davis, M. (2020a). El monstruo ya está aquí. Entrevista a Mike Davis por Josefina Martínez. *Nueva Sociedad*, agosto. Consultado em <https://nuso.org/articulo/el-monstruo-ya-esta-aqui/>.

Davis, M. (2020b). The monster enters. *New Left Review*, 122, 7-14.

Delaney, J. (2020). COVID deaths continue to surge in countries led by far-right authoritarians. *Truthout*, august 16. Consultado em <https://truthout.org/articles/COVID-deaths-continue-to-surge-in-countries-led-by-far-right-authoritarians/>.

D'Eramo, M. (2020). The philosopher's epidemic. *New Left Review*, 122, 23-28.

Drinóczi, T. & Bień-Kacała, A. (2020). COVID-19 in Hungary and Poland: extraordinary situation and illiberal constitutionalism. *The Theory and Practice of Legislation*, <http://doi.org/10.1080/20508840.2020.1782109>.

Fernandes, T., Pereira, J.S., Cancela, J. & Sanches, E.R. (2019). *Instituições e Qualidade da Democracia: Cultura política na Europa do Sul*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Foa, R.S., Klassen, A., Slade, M., Rand, A. & R. Collins. 2020. *The Global Satisfaction with Democracy Report 2020*. Cambridge/UK: Centre for the Future of Democracy. Consultado em <https://www.bennettinstitute.cam.ac.uk/media/uploads/files/DemocracyReport2020.pdf>.

- Giroux, H. (2020). La pandemia del COVID-19 está exponiendo la plaga del neoliberalismo. *Praxis educativa*, 24(2),1-13. Consultado em <https://dx.doi.org/10.19137/praxiseducativa-2020-240202>.
- Guterres, A. (2020). Address to the Opening of the General Debate of the 75th Session of the General Assembly. Consultado em <https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2020-09-22/address-the-opening-of-the-general-debate-of-the-75th-session-of-the-general-assembly>.
- Habermas, J. (2020). A solidariedade é a única cura. Entrevistado por Nicola Truong - Instituto Humanitas Unisinos-IHU. Consultado em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597983-a-solidariedade-e-a-unica-cura-entrevista-com-juergen-habermas>.
- Han, B.-C. (2020). *La emergencia viral y el mundo de mañana*. In *Sopa de Wuhan. Pensamiento contemporáneo en tempos de pandemias*. Editorial ASPO. Consultado em <http://iips.usac.edu.gt/wp-content/uploads/2020/03/Sopa-de-Wuhan-ASPO.pdf>.
- Hanafi, S. (2020). Post-COVID-19 Sociology. *ISA Digital Platform*. Consultado em <https://www.isa-sociology.org/frontend/web/uploads/files/Post-COVID-19%20Sociology.pdf>.
- Harvey, D. (2020). Anti-capitalist politics in the time of COVID-19. *Jacobin Magazine*. Consultado em <https://jacobinmag.com/2020/03/david-harvey-coronavirus-political-economy-disruptions>.
- Huws, U. (2014). *Labor in the global digital economy. The cybertariat comes of age*. New York: Monthly Review Press.
- Keller, C. I. & Pereira, J.R.G. (2020). Data protection in times of COVID-19: the risks of surveillance in Brazil. *Internet Policy Review*, Apr. Consultado em <https://policyreview.info/articles/news/data-protection-times-COVID-19-risks-surveillance-brazil/1462>.
- Laval, Ch. (2020). Para além do paradigma do Estado: pandemia, solidariedade humana e o comum. Consultado em <https://blogdaboitempo.com.br/2020/08/31/para-alem-do-paradigma-do-estado-pandemia-solidariedade-humana-e-o-comum/>.
- Lima, L. C. (2020). Transformar o mundo numa imensa sala de aula? *A Página da Educação*, nº 215 (em publicação).
- Lima, L. C. et al. (2020). Editorial. Confinar a experiência escolar num ecrã? *Educação e Sociedade*, 41, e240846, 1-4. <https://doi.org/10.1590/ES.240846>.
- Loacker, B. et al. (2020). Editorial: Ephemera's response to the coronavirus crisis. *Ephemera: theory & politics in organization*, 20 (x).
- Maffettone, P. & Oldani, C. (2020). "COVID-19: A Make or Break Moment for Global Policy Making". *Global Policy*, 11(4), 501-507.
- Matthewman, S. & Huppertz, K. (2020). A sociology of COVID-19. *Journal of Sociology*, 1-9. Consultado em <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1440783320939416>.

- Markoff, J. (2013). Democracy's past transformations, present challenges, and future prospects. *International Journal of Sociology*, 43(2), 13-40.
- Merrill, R., Bizarro, S., Marcelo, G. & Pinto, J. (2019). *Rendimento Básico Incondicional. Uma defesa da liberdade*. Lisboa: Edições 70.
- Mayo, P. (2020). The corona challenge to higher education. *Culture e Studi del Sociale*, 5(1), 371-376. Consultado em <http://www.cussoc.it/index.php/journal/issue/archive>.
- Nawyn, S. J. (2020). The social problems of protecting refugees during COVID-19. In G. Boomgaarden (Ed.). *International Social Science Thought Leaders Reflect on COVID-19* (pp. 44-49). Berlin: De Gruyter.
- OECD/ Secretary-General (2020). *Education responses to COVID-19: embracing digital learning and online collaboration*. Consultado em https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=120_120544-8ksud7oaj2&title=Education_responses_to_COVID19_Embracing_digital_learning_and_online_collaboration.
- Piketty, T. (2014), *O Capital no Século XXI*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- Pleyers, G. (2020). A plea for global sociology in times of the coronavirus. *ISA Digital Platform*. Consultado em <https://www.isa-sociology.org/frontend/web/uploads/files/Global%20Sociology%20in%20Times%20of%20the%20Coronavirus.pdf>.
- Puiggrós, A. (2020). Balance del estado de la Educación en época de pandemia en América Latina: el caso de Argentina. In I. Dussel, P. Ferrante & D. Pulfer (Compiladores). *Pensar la Educación en tiempos de pandemia. Entre la emergencia, el compromiso y la espera* (pp. 33-42). Buenos Aires: UNIPE: Editorial Universitaria.
- Reay, D. (2020). English education in the time of coronavirus. *Forum*, 62(3), 311-322
- Reis, J. (Coord.). (2020). *Palavras para lá da Pandemia. Cem lados de uma crise*. Coimbra: CES.
- Reis, P. B. (2020). Um em cada dez jovens adultos americanos diz que os judeus foram responsáveis pelo Holocausto. *Jornal Público*, ano XXXI, nº 11.103, p. 28.
- Repucci, S. & Slipowitz, A. (2020). *Democracy under Lockdown: The Impact of COVID-19 on the Global Struggle for Freedom*. Washington: Freedom House Consultado em https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-10/COVID-19_Special_Report_Final_.pdf.
- Rodrigues, J. (2020). Soberania. In J. Reis (Coord.). *Palavras para lá da Pandemia. Cem lados de uma crise* (p. 100). Coimbra: CES. Consultado em <https://ces.uc.pt/ces/publicacoes/palavras-pandemia/>.
- Ruiz, G. R. (2020). Marcas de la pandemia: el derecho a la educación afectado. *Revista Internacional de Educación para la Justicia Social*, 9(3e), 45-59. Consultado em <https://doi.org/10.15366/riejs2020.9.3.003>.
- Santos, B. S. (2020). *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Coimbra: Almedina.
- Sotiris, P. (2020). Against Agamben: Is a democratic biopolitics possible? *Viewpoint Magazine*, March 20. Consultado em <https://www.viewpointmag.com/2020/03/20/against-agamben-democratic-biopolitics/>.

Stückelberger, C. (2020). *Globalance. Ethics Handbook for a Balanced World Post-COVID*. Geneva: <https://www.globethics.net/>.

Tas, L. (2020). Authoritarian governance is like a virus. *Dissent Magazine*. Consultado em https://www.dissentmagazine.org/online_articles/authoritarian-governance-is-like-a-virus.

Therborn, G. (2020). Dreams and nightmares of the world's middle classes. *New Left Review*, 124, 63-87.

Turner, B. S. (2020). Is COVID-19 part of history's eternal dance macabre? In G. Boomgaarden (Ed.). *International Social Science Thought Leaders Reflect on COVID-19*. Berlin: De Gruyter, p. 5-11.

UN (United Nations) (2020). Policy Brief: Education during COVID-19 and beyond. Consultado em https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/sg_policy_brief_COVID19_and_education_august_2020.pdf.

Williamson, B., Eynon, R. & Potter, J. (2020). Pandemic politics, pedagogies and practices: digital technologies and distance education during the coronavirus emergency, *Learning, Media and Technology*, 45(2), 107-114, <http://doi.org/10.1080/17439884.2020.1761641>.

Zaidi, A. S. (2015-2017). The promise and peril of the virtual university. *Cultural Logic: Marxist theory & Practice*, 22, 268-281.

Žižek, S. (2020). *Pandemic! COVID-19 Shakes the World*. New York/ London: OR Books.

Zwitter, A. & Gstrein, O. J. (2020). Big data, privacy and COVID-19 - learning from humanitarian expertise in data protection. *Journal of International Humanitarian Action*, 5(4), 1-7.